



## A MEDIAÇÃO INFORMACIONAL NA INOVAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO SOCIAL

### *THE INFORMATIONAL MEDIATION IN INNOVATION FOR SOCIAL DEVELOPMENT*

Januário Albino Nhacuongue<sup>1</sup>

**Resumo:** o desenvolvimento social oferece subsídios para novas formas de inovação, economia e organização, assentes na valorização constante do indivíduo, na consciência coletiva sobre mudanças, e na interação e cooperação. Em cada nível, a informação desempenha um papel importante. O objetivo deste trabalho é refletir sobre a ação cultural de profissionais de informação, evidenciada pelas práticas de mediação, na reconfiguração das instituições que servem de base para a organização social. Para alcançar este objetivo, fez-se uma pesquisa bibliográfica e documental. Concluiu-se que muitos fatores de desigualdade são reflexos do modelo econômico capitalista, e da ineficiência de políticas públicas. Por exemplo, a aposta do Brasil no crescimento econômico, através do financiamento às empresas para a inovação tende a favorecer o acúmulo capitalista. Para contornar esta situação, devem-se reforçar medidas que apostem na inovação local, não apenas canalizando parte significativa do orçamento, como também por meio de monitoramento, de parcerias, da flexibilidade e redução de taxas de financiamento. Neste contexto, a atuação de profissionais de informação é importante na formação da consciência coletiva para mudanças, e capacitação para tomada de iniciativas. A atuação destes profissionais envolve a coleta e o tratamento da informação, o domínio de fontes de informação e de tecnologias para o acesso, o processamento e a preservação, os mecanismos de representação, as estratégias de difusão de inovações na mídia social para a participação e o crescimento.

**Palavras-chave:** Mediação informacional. Inovação. Desenvolvimento social. Economia solidária.

**Resumen:** el desarrollo social ofrece subsidios para nuevas formas de innovación, economía y organización, basados en la valoración constante del individuo, en la conciencia colectiva sobre cambios, y en la interacción y cooperación. En cada nivel, la información desempeña un papel importante. El objetivo de este trabajo es reflexionar sobre la acción cultural de profesionales de la información, evidenciada por las prácticas de mediación, en la reconfiguración de las instituciones que sirven de base para la organización social. Para alcanzar este objetivo, se hizo una investigación bibliográfica y documental. Se concluyó que muchos factores de desigualdad son reflejos del modelo económico capitalista, y de la ineficiencia de políticas públicas. Por ejemplo, la apuesta de Brasil en el crecimiento económico, a través del financiamiento a las empresas para la innovación tiende a favorecer la acumulación capitalista. Para evitar esta situación, se deben reforzar medidas que apunte a la innovación local, no sólo canalizando una parte significativa del presupuesto, sino también mediante el monitoreo, las asociaciones, la flexibilidad y la reducción de las tasas de financiación. En este contexto, la actuación de profesionales de información es importante en la formación de la conciencia colectiva para cambios, y capacitación para la toma de iniciativas. La actuación de estos profesionales involucra la recolección y el

---

<sup>1</sup> Doutor em Ciência da Informação, Docente na Universidade Federal de São Carlos. Contato: [januario@ufscar.br](mailto:januario@ufscar.br)



tratamiento de la información, el dominio de fuentes de información y de tecnologías para el acceso, el procesamiento y la preservación, los mecanismos de representación, las estrategias de difusión de innovaciones en los medios sociales para la participación y el crecimiento.

**Palabras clave:** Mediación informacional. La innovación. Desarrollo social. Economía solidaria.

**Abstract:** the social development offers subsidies for new forms of innovation, economy and organization, based on the constant valuation of the individual, on the collective consciousness about change, and on interaction and cooperation. At each level, information plays an important role. The objective of this work is to reflect on the cultural action of information professionals, evidenced by mediation practices, in the reconfiguration of the institutions that serve as the basis for social organization. To achieve this goal, a bibliographical and documentary research was done. It was concluded that many factors of inequality are reflections of the capitalist economic model, and of the inefficiency of public policies. For example, Brazil's commitment to economic growth, through the financing of enterprises for innovation tends to favor capitalist accumulation. To circumvent this situation, measures should be reinforced that focus on local innovation, not only channeling a significant part of the budget, but also through monitoring, partnerships, flexibility and reduction of funding rates. In this context, the work of information professionals is important in the formation of the collective consciousness for changes, and capacity to take initiatives. The work of these professionals involves the collection and treatment of information, the mastery of information sources and technologies for access, processing and preservation, representation mechanisms, strategies for disseminating innovations in social media for participation and growth.

**Keywords:** Information mediation. Innovation. Social development. Solidarity economy.

## 1 INTRODUÇÃO

A busca pela compreensão da sociedade em relação aos respectivos fundamentos e às transformações sociais está no cerne da emergência da maioria das ciências sociais. Neste sentido, várias teorias científicas vêm sendo desenvolvidas para dar suporte às reflexões sobre o agir comum. Por exemplo, desde o seu surgimento no séc. XX, como corrente de pensamento filosófico, o funcionalismo procurou descrever a ação e utilidade social a partir das partes constituintes da sociedade e dos seus alcances interativos funcionais.

Na Antropologia, Malinowski (1945), uma das figuras proeminentes do funcionalismo absoluto, dedicou-se às pesquisas de campo sobre o parentesco, a magia, a religião, a educação, a economia, e o direito. A sua teoria defende as instituições sociais como os isolados da cultura, por meio das quais as pessoas buscam à satisfação de necessidades. Para isso, as leis e os costumes, na forma de regras, tabus, mitos, etc., servem de base para os contatos, que modificam as formas e funções iniciais dessas instituições. Assim, as instituições conduzem às adaptações dos respectivos membros, numa rede de relações



constantes.

Na Sociologia, Durkheim (1983; 2007) também desenvolveu uma perspectiva funcionalista, embasada na máxima da consciência coletiva, cujas representações podem ser linguagens ou práticas sociais. A perspectiva Durkheimiana é um objetivismo, que parte da exterioridade dos fatos sociais para o entendimento da completude social, ou seja, da sociedade como um todo organizado e complexo.

Embora o funcionalismo seja criticado, entre várias razões, pela aproximação da racionalidade e do controle dos fenômenos humanos e socioambientais complexos, ainda nos fornece um quadro fenomenológico, por meio do qual podemos descrever a sociedade e as suas transformações. Longe de fazer uma abordagem crítica e profunda sobre a teoria funcionalista, este trabalho tem o objetivo de refletir sobre a ação cultural de profissionais de informação, evidenciada pelas práticas de mediação, na reconfiguração das instituições que servem de base para a organização social. Portanto, uma reflexão que pode ser feita com base nas interações, pelas quais diferentes agentes sociais procuram dirimir conflitos e adaptar-se aos novos sistemas socioculturais.

Para alcançar o principal objetivo, fez-se uma pesquisa bibliográfica e documental. Com a breve discussão feita ao longo do corpo, espera-se que o trabalho contribua nos questionamentos e nas reflexões que vêm ganhando espaço sobre o desenvolvimento, a economia, e o papel transformador da inovação.

Na Biblioteconomia e Ciência da Informação, a percepção de mudanças é fundamental não só para a reestruturação dos cursos de formação, como também para o comprometimento dos profissionais que atuam em vários níveis de produção, comunicação e do uso da informação.

O trabalho está dividido em três seções. Na primeira, faz-se uma discussão sobre o desenvolvimento social, entendido como o alicerce para a compreensão de conflitos socioambientais, e das conseqüentes mudanças políticas. Em seguida, debruça-se sobre aspectos relativos à invenção, inovação e promoção da equidade. Neste sentido, são mostradas algumas mudanças terminológicas que vêm ocorrendo nos últimos tempos e o sentido social a elas atribuído. Por último, mostra-se o contributo da Ciência da Informação através da ação dos respectivos profissionais na gestão e mediação.

## **2 O DESENVOLVIMENTO SOCIAL**

O desenvolvimento social, enquanto conceito paradigmático político e socioeconômico, é novo. Na Psicologia Cognitiva, apareceu com Vygotsky (1979), na obra póstuma "*mental development of children and the process of learning*", de 1935. Com o lema



“aprender a aprender”, movimentos escolanovistas apropriaram-se da resignificação do desenvolvimento, ressaltando o papel das estâncias primárias, como sistemas sociais, na determinação de interações, que originavam as estâncias secundárias, como processos cognitivos ou representações simbólicas.

Novamente, não é objetivo deste trabalho esmiuçar a psicologia vigotskiana, tampouco retomar aos questionamentos sobre o construtivismo adotado pela maioria das políticas e sistemas de educação. Interessa-nos apenas destacar o momento histórico<sup>2</sup> e os pressupostos por detrás do conceito.

Entre outros pressupostos, a interação aparece como elemento primordial do desenvolvimento social. Este argumento é constatado no ensaio de Cleveland e Jacobs (1999), para uma teoria de desenvolvimento social, centrado no ser humano, e integrando fatores políticos, econômicos, sociais e culturais. Para estes autores, os séculos XIX e XX, por um lado, foram importantes pelas conquistas na inovação tecnológica, e no desenvolvimento econômico. Por outro lado, provocaram problemas que suscitaram questionamentos de novas organizações políticas e sociais sobre a essência do desenvolvimento humano. Na maioria das vezes, estes questionamentos polarizam os fatores naturais e humanos no desenvolvimento.

Os questionamentos relativos ao progresso humano e à organização social são conjunturais e, na sua maioria, emergem do modelo de produção capitalista.

A partir do final do século XVIII e início do século XIX, configura-se na história da humanidade um novo modo de produção - o capitalismo [...]. Quanto mais se produz mais se consegue vender e, portanto, mais se realizam lucros, permitindo assim a acumulação ampliada de capital. Quanto menos força de trabalho se utiliza, com o uso de mais avançados instrumentos de produção, maior tende a ser a taxa de lucro e, conseqüentemente, maior a acumulação. Esta é a lógica do capitalismo. [...] Marcante nesta nova sociedade, a tecnologia passa a ser vista dissociada das necessidades do modo de produção capitalista e a ser considerada um fenômeno isolado das relações sociais como se tivesse movimento próprio, independente dos motivos e dos agentes que a criam, utilizam e transformam. Esta reificação da tecnologia leva a uma interpretação equivocada de sua dinâmica, funcionamento e evolução. [...] Tecnologia significa assim, o elemento que propicia não só o avanço da sociedade, mas também determina suas condições de desenvolvimento e progresso (CARVALHO, 1997, p.71).

Enquanto algumas posições políticas e socioeconômicas fazem um discurso até certo ponto exacerbado acerca da tecnologia, não se podem aferir relações diretas com o progresso, desprovidas de tensões. Com a inovação e globalização, também se dá uma

---

<sup>2</sup> No século XIX, enquanto a educação procurava novos modelos de resignificação do desenvolvimento, a economia vislumbrava novos caminhos face à crise de ajustamento do sistema capitalista.



instrumentalização e segregação, que geram diversidades, desigualdades e antagonismos. Às classes desfavorecidas, cria-se uma condição cômoda e liberal de dependência em relação às pessoas ou empresas de posse. Esta dependência perpetua pela constante transformação da força de trabalho em força de valorização do capital (CARVALHO, 1997; MARX, 1996).

O que importa entender é que a desigualdade não é natural e a competição generalizada tampouco o é. Elas resultam da forma como se organizam as atividades econômicas e que se denomina modo de produção. O capitalismo é um modo de produção cujos princípios são o direito de propriedade individual aplicado ao capital e o direito à liberdade individual. A aplicação destes princípios divide a sociedade em duas classes básicas: a classe proprietária ou possuidora do capital e a classe que (por não dispor de capital) ganha a vida mediante a venda de sua força de trabalho à outra classe. O resultado natural é a competição e a desigualdade (SINGER, 2002, p.10).

Para dar resposta às crises geradas pelo modelo de produção capitalista, os agentes sociais assumem o papel dinamizador na reorganização da sociedade. Este processo de desenvolvimento contraria a anterior visão hierárquica do poder público, na medida em que enaltece o empoderamento a partir do local.

Dentre vários aspectos de desenvolvimento e empoderamento social, torna-se necessário estabelecer um ciclo (informação, mente humana, organização), em que os processos mentais humanos possam ser valorizados. Eles constituem o principal ativo capaz de transformar as informações em conhecimento, e deste em ideias criativas, capazes de unir e organizar a comunidade. A energia humana é fundamental nas transformações sociais, por meio da expansão de atividades produtivas. Para isso, os ambientes externo e interno devem favorecer às interações, para maior conscientização sobre mudanças, oportunidades, e maior disseminação de ideias criativas. Os recursos, os mercados, a política e a educação devem catalisar a velocidade do desenvolvimento (CLEVELAND; JACOBS, 1999).

Além da energia humana, a informação fornece o poder pelo qual as pessoas conseguem alcançar resultados efetivos e transformadores. Através dela, outro elemento importante no desenvolvimento social ganha corpo – a iniciativa.

O desenvolvimento social também depende da existência de uma estrutura adequada, capaz de proporcionar maior capacidade adaptativa e flexível. Para tal, é preciso maior integração dos sistemas político, jurídico, financeiro, educacional, comercial com outras formas de organização como transporte e comunicações, e informação, conhecimento e tecnologia. Deste modo, por um lado, garantir-se-á uma maior expansão de leis e ideias, a individualidade de pensamento criativo, a aceitação da inovação e das novas



formas das instituições sociais. Por outro, evitar-se-á o desequilíbrio ou os excessos e desajustes que podem ofuscar o desenvolvimento social. Algumas inovações tendem a desencadear processos reversos porque não são sustentáveis. Em vez do progresso, culminam em tensões que se voltam contra a própria organização. A integração, a interação e o trabalho de competências individuais reduzem substancialmente esse risco criando organizações descentralizadas, onde pessoas diferentes possam lidar com tarefas complexas, com responsabilidade (CLEVELAND; JACOBS, 1999).

O desenvolvimento social está imbricado à economia solidária, cujas raízes remontam a primeira década do século XIX, com o cooperativismo de Robert Owen (SINGER, 2002). A economia solidária cria novas formas de organização socioeconômica, nas quais a solidariedade e a iniciativa ganham notoriedade. Essas formas de organização são fundadas na “falência dos mecanismos de regulação econômico-políticos da sociedade” (FRANÇA, 2001, p. 249).

Como se pode depreender, a economia solidária contribui para o desenvolvimento social como um todo. Neste sentido, o acesso à informação e a valorização do indivíduo são partes significativas da invenção e inovação. A seguir, discutem-se alguns aspectos atinentes às atividades inventiva e criativa humanas, cujos alcances produzem transformações e conduzem à novas redes de interação e organização social.

## 2.1 INVENÇÃO, INOVAÇÃO E PROMOÇÃO DA EQUIDADE

No geral, o conceito de inovação está relacionado à introdução de produtos, serviços, processos, métodos ou sistemas, através de iniciativas que possam ser implementadas gerando algum valor competitivo no mercado. Embora, algumas vezes, a inovação nasça da atividade criativa humana, nem toda a invenção se transforma em inovação. A inovação está associada ao mercado (CARVALHO; REIS; CAVALCANTE, 2011). O objetivo desta seção é ressaltar a importância da invenção e da inovação para o desenvolvimento social.

A invenção e a inovação são importantes para o crescimento do setor produtivo de comunidades, empresas, instituições e países. Os dois conceitos fazem parte dos mecanismos pelos quais muitos setores, no cenário político e socioeconômico, buscam soluções aos desafios de desenvolvimento. A equidade, por sua vez, consiste na igualdade, justiça ou sustentabilidade. Um modelo de desenvolvimento justo e equitativo deveria incidir sobre políticas, estratégias e mecanismos de gestão da inovação para o crescimento, sem descurar as questões socioambientais que, na maioria das vezes, geram conflitos.

A invenção e inovação são processos que implicam uma gestão adequada de todos



os aspectos políticos, científicos, econômicos, sociais e ambientais. Além disso, a relação entre o governo, as universidades, as empresas e a sociedade é fundamental para que haja uma consciência comum sobre mudanças em diferentes contextos. O governo brasileiro, por exemplo, deve possuir políticas claras e eficientes de desenvolvimento, que estejam integradas aos anseios da sociedade, e atendam às diversidades locais. O problema é que, não raras vezes, as políticas públicas e as iniciativas de financiamento não atendem a quem realmente precisa. Este fato foi constatado no relatório “um ajuste justo”, do Banco Mundial, encomendado pelo governo federal, com o objetivo de analisar os gastos do governo, identificar possíveis alternativas para reduzir o *déficit* fiscal, e consolidar os ganhos sociais alcançados anteriormente.

O principal achado de nossa análise é que alguns programas governamentais beneficiam os ricos mais do que os pobres, além de não atingir de forma eficaz seus objetivos. Consequentemente, seria possível economizar parte do orçamento sem prejudicar o acesso e a qualidade dos serviços públicos, beneficiando os estratos mais pobres da população [...]. As despesas com políticas de apoio às empresas cresceram rapidamente, atingindo 4,5% do PIB em 2015; porém, não há evidências de que os programas existentes tenham sido eficazes e eficientes em seu objetivo de impulsionar a produtividade e a geração sustentável de empregos (BANCO MUNDIAL, 2017a, p.1 e 10).

Para contornar os desajustes sociais devem-se reforçar medidas que apostem na inovação local, não apenas canalizando parte significativa do orçamento, como também por meio de monitoramento, de parcerias, da flexibilidade e redução de taxas de financiamento.

Além da inovação propriamente dita, é importante que as políticas governamentais incentivem à invenção, pois alguns projetos sociais têm maior impacto social, mesmo sem nenhum ou com pouco valor comercial. Logo, o modelo de análise dos problemas deve partir da base, do local, e não do contexto global que, muitas vezes, é fortemente influenciado pelo mercado.

No seu relatório anual de 2017, o Banco Mundial estabelece duas metas principais: a erradicação da pobreza extrema até 2030 pela redução da percentagem de pessoas vivendo com menos de US\$ 1,90 por dia e o impulso da prosperidade compartilhada mediante o aumento da renda dos 40% mais pobres em cada país. Para o cumprimento destas metas, três eixos tornam-se fundamentais: a) acelerar o crescimento econômico sustentável e inclusivo, b) investir nas pessoas para construir o capital humano, c) incentivar a resiliência a choques e ameaças globais (BANCO MUNDIAL, 2017b).

As estratégias globais de desenvolvimento dependem do compromisso de cada país. No Brasil, embora a política de ensino, pesquisa e extensão nas universidades vise, entre outros aspectos, permitir que os desafios da sociedade sejam incorporados às pesquisas,



formando novos paradigmas científicos que garantam retorno à sociedade na forma de descobertas ou ideias, a partir das quais a inovação possa surgir, muito ainda precisa ser feito. A inovação é caracterizada pela criação, originalidade e novidade. Estas características impõem um elevado grau de responsabilidade na capacitação humana e ampliação de espaços de produção e compartilhamento do conhecimento. Os laboratórios e grupos de pesquisa de universidades devem acolher a incubação de projetos de inovação.

Na maioria das vezes, a inovação, segundo Reis (2008), começa com a invenção, isto é, com a criação e análise do impacto socioeconômico de um processo, produto, serviço ou marketing. Em seguida, ocorre a implementação e comercialização. Na fase final de difusão avalia-se a capacidade de absorção e sustentabilidade da inovação, pelo modo como a sociedade ou outras empresas adotam-na em grande escala. Por isso, o acesso à informação e a consciência coletiva sobre conflitos, mudanças e oportunidades, tornam-se cruciais para a sustentabilidade da inovação. A inovação deve partir do contexto interno das pessoas, pois o seu papel transformador depende da identidade<sup>3</sup>, e da função social.

A instrumentalização tecnológica pela globalização foi fortemente difundida na década de 1960, quando se entendia que o problema global de subdesenvolvimento era de países pobres. Para garantir o crescimento, defendia-se simultaneamente uma racionalidade do conhecimento científico e técnico, e uma modernização baseada no modelo industrial ocidental, capitalista, e de democracia liberal. Assim, o aumento da inovação e produção ocidentais justificava-se pelas ações subsequentes de financiamento e transferência tecnológica aos países pobres. Consequentemente, houve o agravamento das desigualdades e maior endividamento das nações pobres (ELLIOTT, 2006).

A inovação poder ser incremental ou radical. A inovação incremental consiste na melhoria significativa de algo já existente ou em funcionamento. A inovação radical consiste na introdução de algo novo rompendo a estrutura do mercado ou quebrando os paradigmas (REIS, 2008; CARVALHO; REIS; CAVALCANTE, 2011). Igualmente, a consciência coletiva, a informação e as relações de identidade permitem que a ideia lançada seja facilmente assimilada. Os paradigmas sociais são fatores extremamente importantes para a sustentabilidade de criações novas.

No caso específico da invenção é importante que, ao ser recebida na sociedade, gere cooperação em vez de competição, pois outras iniciativas podem surgir e mais pessoas podem participar agregando outros redimensionamentos.

---

<sup>3</sup> Mecanismos que permitem que as pessoas reconheçam e aceitem as novas criações humanas, através das formas de organização assentes na sua cultura. O ideal é que o reconhecimento e a aceitação ocorram de forma natural, sem nenhuma imposição do mercado.



A cooperação também evidencia novos rumos da inovação. Nos últimos anos, a inovação social tem dominado os discursos e as práticas de organizações do setor público e privado, da sociedade civil e organizações locais que buscam alternativas aos desafios impostos pela desigualdade, pobreza, escassez de recursos, etc.

A inovação social consiste na criação de novas ideias (produtos, serviços e modelos) que atendam simultaneamente às necessidades sociais e criem novas relações ou colaborações sociais. Em outras palavras, são inovações que são boas para a sociedade na medida em que aumentam a sua capacidade de ação (MURRAY; CAULIER-GRICE; MULGAN, 2010, p.3, tradução nossa).

A inovação social, no geral, não é movida pelo interesse competitivo do mercado. Pelo contrário, quebra os paradigmas antigos, por exemplo, pelo autogerenciamento de doenças e da saúde pública em vez de infraestruturas hospitalares. Trata-se de um processo que foca nas causas e não nos efeitos. Organizações como SITAWI, Finanças do Bem, Rede GIFE, e Yunus Brasil, são exemplares na gestão de fundos sociais e no fortalecimento de negócios sociais.

Na inovação social, às vezes, as métricas para a sua avaliação são difusas, complexas, e não dependem de único fator. A razão está no papel transformador que nem sempre é passível de exteriorização em métricas. Por isso, a inovação social combina métodos e estratégias de várias áreas como etnografia, gestão da informação, estudos demográficos, economia, meio ambiente, sociologia, etc.

A abordagem multidisciplinar da inovação social fornece um campo fértil de requisitos para o seu desenvolvimento em seis estágios não sequenciais e, às vezes, retroalimentáveis: a) *evidência ou situação motivacional* – diagnóstico do problema e enquadramento das causas; b) *proposta e ideias* para a solução do problema, c) *protótipo e estudo piloto* – teste e refinamento da ideia com base na situação real do problema, de modo a avaliar o seu sucesso; d) *avaliação* da sustentabilidade em longo prazo conjugando outras ideias, variáveis e recursos; e) *difusão* - estratégias para o crescimento e a disseminação da inovação; e) *mudança sistêmica* – interação com leis, mercado, infraestruturas, bem como com outras inovações (MURRAY; CAULIER-GRICE; MULGAN, 2010).

Em todos os processos criativos e inovadores a qualidade, os níveis, o tempo e espaço, e a granularidade da informação constituem fatores-chaves. A seguir, discutem-se alguns aspectos inerentes ao trabalho de profissionais de informação, que contribuem para o desenvolvimento social.



## 2.2 A MEDIAÇÃO INFORMACIONAL

A relação entre ciência e inovação determina o curso do desenvolvimento de cada país. A gestão da inovação inclui a gestão da ciência, ou seja, do modo como a produção científica é organizada, disseminada e utilizada para subsidiar à criação de ideias novas. Por isso, cada país precisa ter uma política eficiente e efetiva de gestão da inovação que, entre vários aspectos, valorize o conhecimento tradicional e os saberes locais. Além das instâncias formais de produção e disseminação do conhecimento como universidades, institutos de pesquisa, laboratórios, periódicos científicos, eventos científicos, etc., é preciso que se criem mecanismos de reciprocidade na pesquisa e solução de problemas de comunidades. Este é o papel do governo, da ciência, da indústria, e dos gestores da informação.

Na organização e gestão da informação, a Ciência da Informação assume um papel social transformador tanto sobre a natureza, manifestações e efeitos da informação e do conhecimento como sobre os processos de comunicação e uso da informação (SARACEVIC, 1996). Neste sentido, as questões culturais, comportamentais, e as competências que envolvem produtores, mediadores, e usuários da informação são importantes para compreensão dos processos cognitivos e da dinâmica informacional (VALENTIM et al., 2010).

A informação só exerce a transformação se fizer parte dos mecanismos de socialização sendo compreendida tanto individualmente como pelas organizações. Para isso, os gestores e mediadores devem atuar nas esferas socioambientais.

A mediação da informação é toda a atividade de interferência realizada pelo profissional de informação, direta ou indireta, consciente ou inconsciente, singular ou plural, individual ou coletiva, que proporciona a apropriação de informação, que satisfaça plena ou parcialmente, uma necessidade informacional (ALMEIDA JR., 2008 apud VALENTIM et al., 2010).

Com o advento da inovação social, por exemplo, o profissional de informação interfere significativamente na construção de uma cultura de mudanças, e de identidade com base em oportunidades de ação coletiva. Este sentimento é importante porque prepara o terreno da inovação evitando barreiras e hostilidades, pela cooperação que garantirá a sustentabilidade da própria inovação.

A atuação de profissionais de informação na formação de uma cultura de mudanças e de oportunidades para ação envolve uma gama de abordagens teóricas e práticas desenvolvidas na Ciência da Informação. Por exemplo, na coleta e tratamento da informação, no domínio de fontes de informação (bases de dados, periódicos científicos,



repositórios, acervos, congressos, seminários, etc.), nas tecnologias para o acesso, na preservação, e nos mecanismos de representação (metadados e padrões de metadados) são alguns dos fatores a serem considerados.

Outro fator importante na atuação dos profissionais de informação é a difusão de iniciativas ou inovações na mídia social ou em outros ambientes. Conforme se destacou anteriormente, a divulgação é importante para o dimensionamento e escalonamento na economia solidária. No livro “*social media for corporate innovators & entrepreneurs*”, Stefan Lindegaard, consultor sobre inovação aberta, ferramentas de mídia social e liderança, enaltece a importância da mídia social na inovação.

A inovação, aberta ou fechada, requer a troca de ideias, o conhecimento e a capacidade de organizar e gerenciar essas informações de modo a permitir que se explore o seu valor. Inerente a esse ambiente está a necessidade de construir relacionamentos e comunidades com os quais se possam extrair ideias e conhecimentos. As mídias sociais são ferramentas de inovação que oferecem o potencial de mudança (LINDEGAARD, 2012).

O *Twitter*, o *Facebook*, o *Youtube*, o *LinkedIn*, etc. são ferramentas importantes na disseminação de informações sobre eventos, publicações recentes de revistas, artigos *pre-prints*, grupos de pesquisa, entre outros. Por outro lado, são locais de mudanças de diferentes agentes, incluindo os próprios profissionais de informação. Por exemplo, identificando as áreas de necessidades informacionais de usuários, podem-se criar tópicos de conteúdo específico para a disseminação seletiva da informação. A identificação, a seleção, e o compartilhamento de informações com grupos ou comunidades podem transformar o mediador de informação num potencial influenciador digital, gerando mudanças constantes.

A economia solidária requer mudanças e iniciativas transformadoras. O profissional de informação tem a função de contribuir nessas mudanças, por exemplo, diminuindo as barreiras em relação ao acesso à informação. Para isso, a compreensão da história, da formação, e das práticas de comunidades locais pode ser fundamental para adaptar os espaços de informação ao contexto de usuários.

Além dos aspectos já referenciados, os gestores e mediadores de informação podem influenciar positivamente o curso da inovação nas seguintes ações: divulgação de iniciativas de solução de problemas às comunidades de interesse; divulgação de editais de chamada pública de projetos; especificação de fontes de informação para projetos inovadores; suporte normativo; relacionamentos entre inovadores e incubadoras; fontes e critérios de financiamento de projetos.

Stewart (2008) considera que anualmente o mundo produz muitas informações, mas poucas são organizadas e estruturadas em esquemas definidos, para a localização,



manipulação e recuperação. Logo, decisões importantes deixam de ser tomadas ou são tomadas com base em informações erradas.

Uma parte considerável de informação sobre a inovação recai sobre o quadro normativo. As atividades de suporte informacional de anterioridade, normas técnicas, legislação, etc., são importantes (VALENTIM, 1997), pois alguns pedidos de patentes são abandonados após o exame do Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI). Isso gera prejuízos financeiros e materiais em anos de pesquisa e desenvolvimento, além de atrasar a solução de problemas de comunidades.

### 3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As sociedades são guiadas pela consciência coletiva, pela interação, e pela cooperação na busca de soluções para os problemas atravessados em cada época. Estas características norteiam as mudanças paradigmáticas estruturais e ideológicas na forma de algum tipo de funcionalismo.

Apesar das conquistas alcançadas pelo modelo de produção capitalista, as tensões, as desigualdades, e as crises ressentidas mundialmente suscitam uma reflexão crítica sobre as formas alternativas de organização, do desenvolvimento e de economia.

O desenvolvimento social impera sobre a estrutura política, econômica, social, ambiental, suscitando novas formas de integração de políticas públicas aos problemas locais. De igual modo, impera sobre a constituição de novas instituições sociais públicas e privadas, na forma de empreendimentos, associações, cooperativas, entre outros. Neste contexto, a formação e valorização contínua do homem, enquanto principal recurso, através da educação, da informação, e dos espaços de compartilhamento de ideias torna-se fundamental. No conjunto, estes aspectos vêm contribuindo mundialmente para a redução de desigualdades, redistribuindo o papel – provedor, que antes cabia ao Estado, entre ações coletivas de iniciativa cidadã. Estas ações incluem a inovação.

A inovação que, muitas vezes, era vista do ponto de vista competitivo e fechado, atualmente alia-se ao desenvolvimento social e à economia solidária, na transformação direta. Embora certas inovações ainda tenham o lado mercadológico forte, são os respectivos impactos sociais que as legitimam.

Com a inovação social, a necessidade de informação é redobrada suscitando maior envolvimento de profissionais de informação. Por isso, a Ciência da Informação alarga a sua dimensão social e tecnológica, reforçando as reflexões de caráter epistemológico e fenomenológico, para a compreensão do seu papel social.



## REFERÊNCIAS

BANCO MUNDIAL: um ajuste justo - análise da eficiência e equidade do gasto público no Brasil, 2017a. Disponível em:

<https://www.worldbank.org/pt/country/brazil/publication/brazil-expenditure-review-report>.

Acesso em: 14 jun. 2018.

BANCO MUNDIAL: erradicar a pobreza extrema - promover a prosperidade compartilhada (relatório anual), 2017b. Disponível em:

<https://openknowledge.worldbank.org/bitstream/handle/10986/27986/211119PT.pdf>. Acesso em:

em: 14 jun. 2018.

CARVALHO, H. G.; REIS, D. R.; CAVALCANTE, M. B. **Gestão da inovação**. Curitiba: Aymar, 2011.

CARVALHO, M. G. de. Tecnologia, desenvolvimento social e educação tecnológica. **Educação e Tecnologia**, n.1, p.70-87, 1997. Disponível em:

<http://revistas.utfpr.edu.br/pb/index.php/revedutecct/article/view/1011/603>. Acesso em: 14

jun. 2018

CLEVELAND, H.; JACOBS, G. Human Choice: the genetic code for social development.

**Futures**, v.31, p.959-970, nov.1999. Disponível em:

<https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0016328799000555>. Acesso em: 8 ago.

2018.

DURKHEIM, E. **As regras do método sociológico**. 3ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

DURKHEIM, E. **Da divisão do trabalho social**: as regras do método sociológico; o suicídio; as formas elementares da vida religiosa (os pensadores: seleção de textos de Jose Arthur Giannotti). 2. ed. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

ELLIOTT, J. A. **An introduction to sustainable development**. 3 ed. Nova Iorque: Routledge, 2006.

FRANÇA, G. C. A problemática da economia solidária: uma perspectiva internacional.

**Sociedade e Estado**, Brasília, v.16, n.1-2, jun/dez. 2001. Disponível em:

[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-69922001000100011](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69922001000100011). Acesso

em: 28 jul. 2018.

LINDEGAARD, S. **Social media for corporate innovators & entrepreneurs**: add power to your innovation efforts. 2012.

MALINOWSKI, B. **The dynamics of culture change**: an inquiry into race relations in Africa. Londres, Yale University Press, 1945.

MARX, K. **O capital: crítica da economia política** (livro primeiro: o processo de produção do capital - Tomo 2). São Paulo: Editora Nova Cultural Ltda., 1996.

MURRAY, Robin; CAULIER-GRICE, Julie; MULGAN, Geoff. **The open book of social innovation**. Londres: The young foundation, 2010.



REIS, D. R. **Gestão da inovação tecnológica**. 2ed. Barueri-SP: Manole, 2008.

SARACEVIC, T. Ciência da Informação: origem, evolução e relações. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 1, n. 1, p. 41-62, Jan./Jun. 1996. Disponível em: <http://portaldeperiodicos.eci.ufmg.br/index.php/pci/article/view/235>. Acesso em: 18 jan. 2016.

SINGER, P. **Introdução à Economia Solidária**. 1ª ed. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2002.

VALENTIM, M (Org.). **Gestão, mediação e uso da informação**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010.

VALENTIM, M. L. P. **O custo da informação tecnológica**. São Paulo: Polis, 1997.

VYGOTSKY, L. S. **Mind in Society: the development of Higher Psychological Processes**. COLE, Michael et al. (Eds.). Cambridge, MA: Harvard University Press, 1979.